

CHINA EM TRANSFORMAÇÃO: TRANSIÇÃO E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO

Marcos Antonio Macedo Cintra¹

Eduardo Costa Pinto²

RESUMO

Este artigo examina as atuais estratégias de desenvolvimento da China, que enfrenta um período de transição interna – em virtude das contradições do seu regime de crescimento –, e redefinições das relações com o resto do mundo que vem desencadeando um processo de reconfiguração da ordem mundial (transição internacional). Dois dos principais eixos dessa estratégia chinesa são a ampliação do uso do renminbi no âmbito mundial e a internacionalização do capital chinês por meio dos megaprojetos de infraestrutura transnacional, notadamente no entorno asiático.

Palavras-chave: China, estratégias de desenvolvimento, renminbi, megaprojetos de infraestrutura.

ABSTRACT

This paper analyses China's the current development strategies. This country has been facing a domestic transition period – resulting from contradictions of its current growth regime – and a redesign of its relations with the rest of the world that has promoting a process of reconfiguration of the world order (international transition). Two major axes of this Chinese strategy are the extension of the usage of renminbi to a global level and the internationalization of the Chinese capital through transnational infrastructure megaprojects, chiefly in Asian surroundings.

Keywords: China, development strategies, renminbi, infrastructure megaprojects.

JEL: O10; F50

Área 2 - Economia Política

¹. Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). E-mail: <marcos.cintra@ipea.gov.br>.

². Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisador do Programa Nacional de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) do Ipea. E-mail: <eduardo.pinto@ie.ufrj.br>.

1. INTRODUÇÃO

A economia mundial e o sistema interestatal têm apresentado profundas transformações com a rápida ascensão econômica e política da China nas últimas décadas. A economia chinesa cresceu 10% ao ano (a.a) nos últimos 30 anos, tornando-se a “fábrica do mundo” e gerando uma nova divisão internacional da produção. No plano internacional, a China tem obtido cada vez mais poder no âmbito das instituições multilaterais e das negociações bilaterais com outros países em desenvolvimento e desenvolvidos, projetando o seu poder (econômico, financeiro, político, diplomático e militar) no tabuleiro geoeconômico e geopolítico asiático e mundial.

Esse caminho do desenvolvimento chinês, ainda em construção e que pressupõe um processo de aprendizado contínuo com avanços e recuos, articula uma estratégia nacional, inserida regional e globalmente, que tem como objetivo tornar a China um país moderno, rico e poderoso. Com isso, as políticas macroeconômica, industrial, de ciência e tecnologia, social, externa e de segurança são direcionadas pelo Estado chinês para a construção de uma estabilidade política, a melhoria das condições de vida do povo chinês e a reconquista de uma posição internacional autônoma e relevante.

Hodiernamente, o desenvolvimento econômico da China encontra-se em um novo período de *transição interna* em virtude das contradições do regime de crescimento, fortemente concentrado no investimento, que tem gerado desequilíbrios econômicos e sociais. O Estado chinês vem tentando construir um novo regime de crescimento sustentável, articulado à configuração de um Estado do bem-estar com características particulares. Associado a isso, delineiam-se novas relações (financeiras, de investimentos, diplomáticas, de defesa etc.) entre a China e o resto do mundo que vem desencadeando um processo de *transição internacional*.

Este artigo tem como objetivo analisar estas estratégias de desenvolvimento da China, que enfrenta um período de transformações internas, e redefinições de sua inserção no sistema internacional. Destacam-se as estratégias de expansão do renminbi e de internacionalização do capital chinês que se articula aos megaprojetos de infraestrutura no entorno asiático e no resto do mundo. Para discutir essas questões, o artigo está organizado em quatro seções após esta breve introdução. Na segunda, realiza-se um panorama dos elementos gerais da estratégia de desenvolvimento da China, marcada por uma nova fase de transição interna e internacional. Na terceira, detalha-se a estratégia financeira chinesa de expansão de sua moeda (renminbi) para além do seu espaço territorial. Na quarta, discutem-se os movimentos na e da China decorrentes do seu avanço no processo de industrialização e de sua inserção nas cadeias globais de valor, enfatizando a estratégia de internacionalização das empresas e bancos por meio dos megaprojetos de infraestrutura transnacional. E, por fim, na quinta, procura-se alinhar algumas considerações a título de conclusão.

2. ELEMENTOS GERAIS DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO CHINÊS: UM NOVO PERÍODO DE TRANSIÇÃO

Após décadas de vertiginoso crescimento e desenvolvimento econômico, o Produto Interno Bruto (PIB) da China, em termo de paridade do poder de compra, alcançou US\$ 17,6 trilhões (US\$ 10,3 trilhões a preços correntes) em 2014, superando o dos Estados Unidos, de US\$ 17,4 trilhões (em termo de paridade do poder de compra e a preços correntes), segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI). Naturalmente, como a população chinesa é mais de quatro vezes maior, seu PIB *per capita* atingiu US\$ 12,9 mil, menos de um quarto do registrado pelos Estados Unidos (US\$

54 mil). De todo modo, a célere trajetória de desenvolvimento – entendido como um processo contínuo de mudança estrutural promovida pela interconexão entre acumulação de capital, progresso técnico e evolução institucional – da China não tem paralelo histórico (Medeiros, 2013b; Bresser-Perreira, 2011). Compreender e dimensionar as transformações desta sociedade de mais de 1,4 bilhão de habitantes que se percebe a si mesma como uma civilização superior, homogênea e com pelo menos 2.300 anos de existência não constitui uma tarefa trivial.

A estratégia militar de aproximação com os Estados Unidos e de afastamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e econômica consolidada no programa das “quatro modernizações” – agricultura, indústria, tecnologia e exército – implementada por Deng Xiaoping, a partir de 1978, fortaleceram o Estado unitário e centralizado chinês, que recuperou sua condição milenar – e imperial (Império do Meio) – de guardião da unidade e do “interesse universal” do território e da civilização chinesa. Para Deng Xiaoping: o desenvolvimento do país deveria estar sempre a serviço da sua política de defesa.

Nesse movimento, o Partido Comunista Chinês (84 milhões de membros), com o controle absoluto sobre o sistema político, restaurou a legitimidade anteriormente personificada no imperador. O Partido Comunista Chinês prolongou e radicalizou uma tradição milenar, ao criar uma espécie de “dinastia mandarim”, que segue governando a China segundo os mesmos preceitos morais confucianos do período imperial (Fiori, 2013a, 2013b e 2013c; Aglietta e Bai, 2012; Sinedino, 2012; Kissinger, 2011). Isso requer um alinhamento dos interesses das burocracias sobre o bem público comum, ou seja, a estabilidade política e a garantia de uma renda real crescente e de melhores condições de vida para a população.

Nesse sentido, o Estado deve dispor de uma estratégia e ter por objetivo o desenvolvimento. A autoridade política deve gerir a economia de forma a produzir mais riqueza, de maneira cada vez mais eficaz, para construir um país moderno, rico e poderoso. As políticas macroeconômica, industrial, comercial, de ciência e tecnologia, de defesa devem estar a serviço da “grande estratégia” social e nacional, e da luta pela conquista ou “reconquista” de uma posição internacional autônoma e preeminente. A planificação estratégica visa a “harmonia”, vale dizer, o equilíbrio de forças. Nesse sentido, os interesses privados (ou capitalistas) não devem ser poderosos o suficiente para ameaçar a supremacia incontestável do Estado, que mantém um amplo conjunto de empresas e bancos públicos e regula rigorosamente diversas esferas econômicas e as relações com o exterior. Por conseguinte, os mecanismos de mercado – a taxa de juros, a taxa de câmbio, a tributação, os preços – são um instrumento e não um fim em si mesmo; e a abertura econômica assume a condição de eficácia que conduz a uma diretriz operacional, qual seja, alcançar e ultrapassar os concorrentes estrangeiros (Kroeber, 2011, p. 2 e Aglietta e Bai, 2012, p. 17).

As reformas promoveram e continuam a promover a transformação conjunta das estruturas socioeconômicas e das instituições. Em um processo recorrente, elas se retroalimentam de seus próprios êxitos e contradições, transmutando-se ao longo do percurso. Nesse sentido, o significado das reformas não é teleológico, deve ser compreendido como imanentes à prática histórica (Aglietta e Bai, 2012, p. 18). E, graças à permanência da autoridade política – personificada no Partido Comunista Chinês –, as reformas são graduais, orientadas por uma visão de longo prazo, avaliadas de forma pragmática e implementadas de modo experimental, o que pressupõe um processo de aprendizado – com avanços e recuos – contínuo. E, exatamente, porque se retroalimentam de seus próprios êxitos e contradições, as crises representam momentos de transições de uma fase para outra, contribuindo para o surgimento de novas formas ou novos modelos de organização e de gestão. Em um período de crescimento mais lento, essas contradições se explicitam em desequilíbrios e tensões políticas e sociais que ameaçam a “harmonia”. Até que um novo compromisso político-social seja conformado, o poder eventualmente passa de um grupo de interesse para outro, mas permanecem unidos aos objetivos gerais: a legitimidade política, a

integridade do Estado unitário e o crescimento da renda da população. Em suma, o Estado chinês – e, por conseguinte, o Partido Comunista Chinês – tem se mostrado altamente flexível e inovador, com uma extraordinária capacidade de se autocorriger e de se reinventar (Fiori, 2013a, 2013b e 2013c).

No momento atual, apreende-se que as contradições do “regime de crescimento” desencadeiam um novo período de *transição interna*. A despeito da desaceleração, a economia chinesa permanece uma das mais dinâmicas do mundo – taxa de crescimento de 7,4% em 2014 – e continua a criar de 12 milhões a 13 milhões de novos postos de trabalho urbanos ao ano. Porém, com o avanço da taxa de investimento de 40% do PIB para 47% do PIB, o crescimento fica desequilibrado – gera capacidade ociosa em inúmeros setores produtivos – e dependente da construção de gigantescas obras de infraestrutura, da expansão do mercado imobiliário, do endividamento das províncias e dos governos locais, bem como da elevada alavancagem de alguns segmentos do setor bancário e não bancário. Busca-se, então, um novo regime de crescimento sustentável, ancorado em um crescimento menos intensivos em capital e em energia, bem como de um novo contrato social (“um Estado do bem-estar com características chinesas”) para a redução das desigualdades sociais e regionais e a implementação de uma maior cobertura no sistema de saúde pública e de previdência. A provisão de bens públicos “universais”, o desenvolvimento de uma urbanização e uma industrialização com menor impacto sobre o meio ambiente, a ampliação da renda e do consumo da população são os pilares do planejamento estratégico que visam transformar – ou seja, reformar – o regime de crescimento nos próximos anos.³ Evidentemente, em um processo de transição emergem conflitos de interesses e geram repercussões políticas para a estrutura do governo. Nas palavras do presidente Xi Jinping (Safatle e Rittner, 2014, grifo nosso):

É provado pelos fatos que, sem *reforma e abertura*, não teríamos a China de hoje, para já não dizer do seu futuro. Por meio de reformas, temos resolvido uma série de problemas importantes. Daqui para frente, insistiremos em usar o mesmo instrumento para superar as dificuldades e desafios no nosso caminho. Temos definido a meta de “dois centenários”. Isto é, duplicar até 2020 [quando o Congresso Nacional do Povo celebra seu centenário] o PIB e a renda *per capita* na base de 2010 e consumir a construção integral de uma sociedade modestamente próspera, e culminar em meados do presente século [2049, quando a República Popular da China comemora seu centenário] a transformação do nosso país num país socialista *moderno, próspero, poderoso, democrático, civilizado e harmonioso, concretizando o sonho chinês de grande rejuvenescimento da nação chinesa*.

Simultaneamente a este vertiginoso dinamismo interno, a China expande sua capacidade de projetar poder econômico, financeiro, político, diplomático, militar e, assim, ocupa posições cada vez mais relevantes no tabuleiro geoeconômico e geopolítico asiático e global. As relações da China com o resto do mundo são redefinidas, o que desencadeia um processo de *transição internacional* ou uma reconfiguração da ordem mundial. Pequim permanece um ator relevante e busca ampliar sua influência nas instituições internacionais existentes, mas também promove e financia estruturas paralelas: “its own trade deal, its own development bank and its own regional-security grouping” (The Economist, November 15th 2014b). O objetivo deste esforço é ampliar sua autonomia para sustentar sua capacidade de defesa interna frente às ameaças estrangeiras e expandir sua esfera de influência para além da Ásia. Assim, participa das organizações internacionais e regimes multilaterais existentes e constrói estruturas suplementares – em parte complementar, em parte competitiva –, procurando reorganizar a ordem internacional, a partir de suas perspectivas e de seus interesses estratégicos (Heilmann; Rudolf; Huotari e Buckow, 2014, p. 1). Simultaneamente, consolida mudanças estruturais de longo prazo. Primeiro, a ampliação do comércio chinês com os

³. Ver, entre outros, The World Bank and Development Research Center of the State Council. People’s Republic of China (2012).

países em desenvolvimento da Ásia (seu entorno) e do resto do mundo, e inversamente, a redução relativa do comércio com o Japão e com o Ocidente. Segundo, neste movimento de aprofundamento dos vínculos comerciais e de investimento chineses com os países em desenvolvimento, moderniza o conteúdo tecnológico das suas exportações e de suas empresas.

No que tange especificamente à segurança, o país se empenha em expandir mecanismos de cooperação para enfrentar os desafios que se colocam à segurança regional, em especial, terrorismo, separatismo e extremismo. Durante a Cúpula de Xangai, realizada em 20 e 21 de maio de 2014, da Conference on Interaction and Confidence-Building Measures in Asia (CICA) – um fórum de segurança originalmente iniciado pelo Cazaquistão (1999) – o presidente russo Vladimir Putin e o chinês Xi Jinping exortaram o estabelecimento de uma nova arquitetura de segurança regional. Por sua vez, na Cúpula da Organização para Cooperação de Xangai (Shanghai Cooperation Organisation – SCO) – uma organização internacional (estabelecida em 2001) que envolve China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão com foco em segurança – em 11 e 12 de setembro de 2014, o presidente Xi Jinping anunciou sua intenção de reforçar a SCO e expandir a coordenação com a CICA. Após essa cúpula, Índia, Irã e Paquistão solicitam adesão à organização. Apesar das trocas de informações e de manobras militares, a coordenação e a integração dos países membros da SCO se mantêm relativamente lassas. No médio prazo, o desenvolvimento da SCO pode ser afetado por tensões entre China e Rússia, uma vez que a expansão das atividades e investimentos chineses na Ásia Central pode ser apreendida como uma ameaça ao histórico papel hegemônico russo.

No curto prazo, os desafios maiores se apresentam no enfrentamento de questões territoriais no Mar do Sul da China (Moraes, 2015). O aumento da insegurança provocada por ações chinesas desde 2009 proporciona a oportunidade para os Estados Unidos reafirmarem sua presença militar e ampliar suas ações no tabuleiro geopolítico asiático: fortalecimento contínuo do Comando Pacífico, seu comando regional mais poderoso, e da Doutrina Obama de contenção da China (a Ásia e a disputa pela hegemonia do Pacífico Sul seriam as prioridades da política externa americana).⁴ Todavia, pelo menos por ora, os países vizinhos – Vietnã, Filipinas, Malásia, Taiwan e Brunei – não parecem sinalizar que desejam escolher entre os laços econômicos com a China – uma vez que lhes proporcionam prosperidade – e a necessidade de segurança, que se inclina no sentido de manter uma presença militar dos Estados Unidos na região. Como a integração econômica asiática se aprofunda – cadeias produtivas regionais e globais – e se torna mais emaranhada, o dilema se metamorfoseia em algo ainda mais complexo dado o crescimento da dependência econômica da região, com relação ao dinamismo chinês. A forma antevista de obter ambos objetivos seria alcançar um acordo que possibilite relações pacíficas e duradouras entre os Estados Unidos e a China (Kissinger, 2012). Dados os amplos laços de complementariedade entre as duas economias, intimamente interligadas em diversos segmentos produtivos e financeiros (US\$ 4 trilhões de reservas recicladas pelo sistema financeiro americano), esse acordo não pode ser descartado, apesar de um acirramento crescente da concorrência entre ambos, seja no âmbito da influência econômica regional, tecnológica e diplomática, seja no âmbito do arsenal militar.

⁴ A secretária de Estado, Hillary Clinton, declarou no Vietnã, em 2010, que o Mar do Sul da China “faz parte do interesse nacional dos Estados Unidos”, e que os Estados Unidos se sentem no direito e no dever de participar de qualquer conflito e negociação regional (Fiori, 2011). Segundo a Estratégia Nacional de Segurança divulgada pela Casa Branca (The White House, 2015, p. 24): “Os Estados Unidos têm sido e continuará a ser uma potência do Pacífico. Ao longo dos próximos cinco anos, quase metade do crescimento fora dos Estados Unidos deverá se originar na Ásia. (...) Os Estados Unidos congratulam-se com a ascensão estável, pacífica e próspera da China. Nós procuramos desenvolver uma relação construtiva com a China que ofereça benefícios para os nossos povos e promove segurança e prosperidade na Ásia e em todo o mundo. (...) insistindo que a China respeite as regras internacionais e as normas sobre segurança marítima, comércio e direitos humanos. Vamos monitorar de perto a modernização militar da China e sua presença crescente na Ásia (...)”.

No âmbito da diplomacia, a China está cada vez mais usando fóruns multilaterais para expandir sua influência, especialmente nas relações com países emergentes e em desenvolvimento. Sobressaem-se, em primeiro lugar, os arranjos bilaterais e multilaterais asiáticos (ASEAN+3, ASEAN Regional Forum, East Asian Summit).⁵ Em segundo lugar, a coalizão entre os países membros dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que governam cerca de 3 bilhões de habitantes, quase metade da população mundial, o PIB supera US\$ 29 trilhões, ou seja, 25% do PIB mundial, pela paridade do poder de compra. Em terceiro lugar, a articulação de diversos fóruns regionais com foco em comércio internacional e infraestrutura, tais como Fórum de Cooperação China-Estados Árabes, Fórum de Cooperação China-África, Fórum China-CELAC (Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos), Asia Cooperation Dialogue. Bo'ao Forum for Asia (BFA) – um fórum anual fundado em 2001, para os formuladores de políticas, empresários e acadêmico com um enfoque regional asiático (semelhante ao Davos World Economic Forum). Usando o arcabouço do G20, a China busca ampliar a representação das economias emergentes principalmente nas instituições financeiras internacionais (FMI, Banco Mundial, Banco de Desenvolvimento da Ásia e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID).⁶

De forma contraditória, a diplomacia chinesa – *soft power* – possui como objetivo precípuo o estabelecimento de relações estáveis entre os países asiáticos, as economias emergentes e os países em desenvolvimento. Procura implementar medidas que possibilitem a criação de confiança, seja procurando equacionar conflitos de fronteiras, seja intensificando os laços comerciais, seja realizando investimentos que explicitem um envolvimento pacífico. Uma diplomacia mais ofensiva se ancora na cooperação para o desenvolvimento, sem condicionalidades políticas ou exigências para reformas macroeconômicas, mas com requisitos para exportações de produtos chineses; na expansão da infraestrutura nacional ou regional; em facilidades de comércio; na realização de elevados montantes de investimentos nos países vizinhos, sobretudo, Vietnã, Laos, Camboja, Mianmar, Tailândia e Filipinas.⁷

Nesse novo período de transição internacional, as redefinições das relações da China com o resto do mundo não ficam restritas apenas as questões diplomáticas e de segurança, incorporam também as dimensões financeiras, produtivas e de investimentos (megaprojetos).

3. A ESTRATÉGIA FINANCEIRA CHINESA: A INTERNACIONALIZAÇÃO DO RENMINBI

As finanças são um instrumento do poder político que a China utiliza para impulsionar e proteger sua economia, garantir o suprimento de *commodities* – agrícolas, minerais e energéticas – e adquirir tecnologias cruciais para seu desenvolvimento econômico e militar. A moeda e o sistema financeiro

⁵. Associação das Nações do Sudeste Asiático (Association of Southeast Asian Nations – ASEAN), formada por Tailândia, Filipinas, Malásia, Cingapura, Indonésia, Brunei, Vietnã, Mianmar, Laos, Camboja.

⁶. Na reunião anual do BID, em março de 2015, negociou-se a criação de um organismo autônomo destinado a concentrar os financiamentos ao setor privado, atualmente, dispersos em três instâncias distintas e, assim, liberar recursos para operações com o setor público. A nova instituição ligada ao BID terá aporte de capital de US\$ 1,3 bilhão, sendo a participação dos Estados Unidos de 15%; do Brasil e da Argentina de 11% cada; e da China poderá alcançar 5% – desde que não ultrapasse a do Japão (Leo, 2015).

⁷. O caráter proativo da diplomacia chinesa, liderada pelo presidente Xi Jinping, assume a forma de “porretes e incentivos” (*sticks and carrots*) para “salvaguardar a paz e a estabilidade”, sobretudo, no seu entorno. Pequim calcula que pode executar uma política externa regional, simultaneamente, coercitiva e amigável, dado o poder gravitacional exercido por sua economia (Miller, 2014).

chinês permanecem amplamente imunes à instabilidade do mercado financeiro e monetário internacional. Todavia, delinea-se um movimento de ampliação do uso de sua moeda – o renminbi (RMB)⁸ – em operações de comércio e de investimento externo. Segundo a plataforma de pagamento global, Sociedade para Telecomunicações Financeiras Interbancárias Mundiais (Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication – SWIFT), o renminbi se tornou a quinta moeda mais utilizada em dezembro de 2014. A moeda chinesa respondeu por 2,17% das operações de pagamento internacionais; antecedida, pelo iene japonês, que foi usado em 2,69% das transações; pela libra esterlina, em 7,92%; pelo euro, em 28,30%; e pelo dólar, em 44,64% (Noble, 2015).⁹ Também, de acordo com a plataforma SWIFT: “50 países estavam usando a moeda [chinesa] em mais de 10% de seus pagamentos com a China e Hong Kong no final de outubro de 2014”.¹⁰ Entre outras ações de cooperação financeira em favor da internacionalização do renminbi, destacam-se: *i*) tratados de compensação de operações internacionais de renminbi com quatorze centros financeiros (Hong Kong, Macau, Taiwan, Cingapura, Londres, Frankfurt, Seul, Paris, Luxemburgo, Doha, Toronto, Sydney, Kuala Lumpur e Bangkok);¹¹ *ii*) autorização de nove cotas específicas de Investidor Institucional Estrangeiro Qualificado em RMB (RMB *Qualified Foreign Institutional Investor* – RQFII), que permite investidores institucionais estrangeiros utilizar os fundos *offshore* de renminbi para investir no mercado de capitais chinês e do mercado interbancário de títulos;¹² *iii*) acordos de *swap* de moedas com 30 bancos centrais (Albânia, Alemanha, Argentina, Austrália, Bielorrússia, Brasil, Canadá, Catar, Cingapura, Coreia do Sul, Emirados Árabes Unidos, França, Hong Kong, Hungria, Indonésia, Islândia, Cazaquistão, Luxemburgo, Malásia, Mongólia, Nova Zelândia, Paquistão, Reino Unido, Rússia, Sri Lanka, Tailândia, Taiwan, Turquia, Uzbequistão, Ucrânia); *iv*) atuação com emprestador de última instância para países com dificuldade de acesso ao mercado financeiro internacional: US\$ 56,3 bilhões para a Venezuela, US\$ 19 bilhões para a Argentina, US\$ 10,8 bilhões para o Equador, US\$ 18 bilhões para a Ucrânia, US\$ 20 bilhões para Mianmar, linha de crédito de até US\$ 25 bilhões para empresas russas e de CNY 6 bilhões (US\$ 970 milhões), entre o Sberbank, maior banco da Rússia, e o China Development Bank para impulsionar o comércio em moedas locais, além de US\$ 52,8 bilhões alocados nos países africanos (Global Risk Insights, 2015; Ostroukh, 2015); *v*) um sistema de pagamento independente para as operações em renminbi – China International Payment System (CIPS) – uma alternativa à plataforma SWIFT.

8. RMB é a abreviação da moeda chinesa renminbi – “moeda do povo” –, cuja unidade básica é o iuane. CNY é o código monetário oficial da moeda chinesa negociada no mercado nacional, oficialmente lançada em 1949 pela República Popular da China. Em 2009, começou a funcionar um mercado de renminbi em Hong Kong, com o código monetário CNH.

9. Enfatiza-se que as empresas chinesas estão fortemente expostas ao dólar: mais de 80% da dívida externa registrada está denominada em dólares ou dólares de Hong Kong; apenas 10%, em euros ou ienes. Ao mesmo tempo, 75% das operações de pagamentos relacionadas ao comércio exterior ocorrem em dólares ou dólares de Hong Kong; 22% em renminbi; e apenas 3% em euros ou ienes (Long, 2015, p. 2). Para mais detalhes sobre as políticas de internacionalização do renminbi ver BIS (2013), Cintra e Martins (2013), Cohen (2012).

10. Disponível em: <http://www.swift.com/about_swift/shownews?param_dcr=news.data/en/swift_com/2014/PR_RMB_50_countries.xml>. Bruxelas, 26 de novembro de 2014.

11. Em outubro de 2014, o governo do Reino Unido se tornou o primeiro Estado a emitir um bônus em renminbi (*Dim Sum Bonds*) no valor de 3 bilhões. Em novembro de 2014, o governo de Nova Gales do Sul da Austrália captou 1 bilhões.

12. Os montantes autorizados são CNY 270 bilhões para Hong Kong, CNY 100 bilhões para Taiwan, CNY 80 bilhões para Alemanha, Inglaterra, França e Coreia do Sul e CNY 50 bilhões para Cingapura, Canadá e Austrália.

Além disso, procura-se transformar a praça financeira de Xangai em um centro financeiro global. Além do mercado de ações (Shanghai Stock Exchange), já operam mercados futuros (Shanghai's Futures Exchange) de petróleo, gás natural e produtos petroquímicos, uma plataforma de negociação de ouro, prata e cobre e, no final de 2014, começou a ser implementada a conexão entre a Bolsa de Valores de Xangai e a de Hong Kong (*cross-border share trading scheme*), como mais uma etapa da abertura da conta de capital e internacionalização da moeda chinesa. Consolidou-se também um sistema de pagamento nacional e internacional – o cartão de crédito e débito bancário UnionPay ou China Union Pay – já aceito 141 países (inclusive no Brasil, dada a associação com o Banco Itaú) e emitido em 30 países. Desde 2002, a empresa já emitiu mais de 4,5 bilhões de cartões (Ninio, 2015).

A partir de junho de 2013, começou a operar uma agência de classificação de risco de crédito – Universal Credit Rating Group –, projeto desenvolvido por três agências de *rating* (Dagong Global Credit, RusRating e Egan-Jones Rating), sediada em Hong Kong, com o objetivo de solidificar um sistema de classificação de risco asiático. Os países membros dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) negociaram também um Arranjo Contingente de Reserva, no valor de US\$ 100 bilhões, sendo que a China contribui com US\$ 41 bilhões; Brasil, Rússia e Índia, com US\$ 18 bilhões cada um; África do Sul, com US\$ 5 bilhões. Acordo similar à Iniciativa Chiang Mai de troca de moedas entre os países asiáticos (ASEAN+3) no montante de US\$ 240 bilhões – a contribuição da China equivale a 32% do total, mesma do Japão, acompanhada de 16% da Coreia do Sul, os países da ASEAN respondem pelos 20% restantes. Possui também dispositivos que regulam o acesso às recursos pelos demandantes: até determinada quantia, o acesso é livre, bastando haver a solicitação; acima deste valor, torna-se necessário fornecer algum tipo de garantia – um acordo com o FMI.

E, finalmente, a transformação de um histórico centro financeiro internacional, Hong Kong, para projetar o seu poder monetário e financeiro ao restante do mundo. Como a moeda chinesa não é plenamente conversível, o governo utiliza Hong Kong – com a criação de um mercado *offshore* de renminbi para não residentes – a fim de permitir que bancos, corporações e investidores institucionais estrangeiros detenham depósitos, tomem empréstimos (comerciais e emissão de bônus) e liquidem transações comerciais em renminbi, sobretudo entre os países do entorno asiáticos. O mercado de renminbi em Hong Kong (CNH) ainda é bastante incipiente e sujeito a uma variação considerável da liquidez, portanto, apresenta alta volatilidade. De todo modo, o governo chinês está determinado a expandir o uso do renminbi no exterior, enquanto flexibiliza o mercado de câmbio doméstico. A mudança no regime de gestão da taxa de câmbio é crucial. A partir de abril de 2014, o Banco Central da China passa a orquestrar uma banda diária de flutuação de 2% para cima e para baixo, com a preocupação de evitar desvalorizações acentuadas do renminbi, pois “China’s regional and global geostrategic goals require it to maintain a strong currency” (Long, 2015a, p. 1), estável e que opere como âncora para as moedas regionais.

A conversibilidade do renminbi pressupõe o aprofundamento do mercado doméstico de títulos de dívida, a capacidade de grandes investidores institucionais nacionais gerirem a poupança das famílias em carteiras diversificadas de ativos, a acomodação de investidores estrangeiros nos mercados de ativos financeiros domésticos em condições de riscos gerenciáveis. Poderá pressupor também a vontade política dos países do Leste Asiático de lançar uma iniciativa mais ambiciosa do que a Chiang Mai e criar uma área de cooperação monetária que apoie a internacionalização das moedas nacionais da região. Uma internacionalização das moedas e uma cooperação regional a fim de preservar a paridade das taxas de câmbio cruzadas (*cross-exchange rates*) reduziria substancialmente a possibilidade de desvalorizações competitivas, facilitaria a integração dos países vizinhos em sua economia doméstica e promoveria a disseminação do renminbi pela região mais dinâmica do mundo (Aglietta e Bai, 2012, p. 211).

Fiel ao método gradualista, o governo vem aprofundando as conexões do sistema financeiro doméstico com o internacional passo a passo, com mudanças incrementais – graduais e cumulativas. Hong Kong e Xangai se transformam em áreas de experimentação sobre os impactos da progressiva liberalização do renminbi e da abertura da conta de capital. Simultaneamente, fortalece a posição do banco central que busca acelerar a reforma do sistema financeiro doméstico, sobretudo a precificação dos instrumentos financeiros e a gestão de riscos, uma vez que as instituições chinesas seriam confrontadas por práticas internacionais, podendo mudar seu comportamento, tornando-as mais competitivas. Assim, as reformas dos mercados financeiros nacionais e a abertura da conta de capital são mudanças estruturais das finanças chinesas, que procuram adaptá-las para a nova fase econômica do país e do mundo.

Não se pode deixar de mencionar ainda a criação do Novo Banco de Desenvolvimento BRICS, com sede em Xangai e capital total de US\$ 100 bilhões, subscritos inicialmente US\$ 50 bilhões, de forma paritária entre os cinco sócios, em julho de 2014. Terá foco no financiamento da infraestrutura (estradas, eletricidade e ferrovias etc.) dos países em desenvolvimento.¹³ E, outubro do mesmo ano, ocorreu o lançamento do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (Asian Infrastructure Investment Bank), um banco intergovernamental com sede em Pequim e capital de US\$ 100 bilhões, subscritos inicialmente US\$ 50 bilhões, com 21 países membros, para financiar projetos de infraestrutura na região.¹⁴ A China é a principal investidora, com 50% das ações, seguida pela Índia. Um banco intergovernamental tem o papel de dissipar os temores dos países fronteiriços de uma excessiva dependência financeira da China. Os projetos financiados pelas instituições de desenvolvimento plurilaterais ampliam a confiança nos contratos celebrados pelas empresas chinesas mais do que as operações de empréstimos bilaterais. O financiamento de projetos de infraestrutura por meio do novo banco dotará a integração asiática de novo impulso e a China gozará de acesso privilegiado a recursos naturais estratégicos além de potenciais mercados consumidores.¹⁵ Essas novas instituições multilaterais de crédito – as primeiras no campo financeiro internacional que escapam inteiramente aos desígnios das finanças pública e privada anglo-americana, mesmo sem confrontá-los – ampliam o poder financeiro chinês, permitindo, por exemplo, o estabelecimento de novas prioridades, princípios e procedimentos para assistência ao desenvolvimento nacional, regional e multilateral.

Pequim procura, então, promover a “internacionalização controlada” do renminbi, nas trocas comerciais e nas finanças, buscando se adequar ao aprofundamento da globalização financeira e produtiva e reduzir as assimetrias do sistema monetário internacional, que condicionam as potencialidades e graus de liberdade das políticas domésticas e externas. De forma inédita, o que torna o processo mais difícil e pouco previsível, busca internacionalizar o renminbi com controles sobre a conta de capital. Vale dizer, restringindo a plena conversibilidade da moeda ou construindo uma conversibilidade limitada. Isso passa, por ora, pela articulação de um mercado *offshore* de

13. O primeiro escritório regional será na África do Sul. A ordem de rotatividade na presidência da nova instituição foi definida: Índia, Brasil, Rússia, África do Sul e China, com permanência de cinco anos para cada país no cargo (Ministério da Fazenda, 2014). Para outras informações, ver Griffith-Jones (2014) e Griffith-Jones, Fritz e Cintra (2014).

14. Inicialmente, os países membros eram: Bangladesh, Brunei, Camboja, China, Índia, Cazaquistão, Kuwait, Laos, Malásia, Mongólia, Birmânia, Nepal, Omã, Paquistão, Filipinas, Catar, Cingapura, Sri Lanka, Tailândia, Uzbequistão e Vietnã. Em março de 2015, Alemanha, França, Itália, Luxemburgo e Reino Unido sinalizaram a adesão. Logo após, foi a vez de o Brasil indicar sua participação. Com esse movimento, os membros fundadores do novo banco já alcançam quase 40 países. Por ora, Austrália, Coreia do Sul, Indonésia e Japão cederam às pressões dos Estados Unidos e permaneceram fora do projeto.

15. O Banco de Desenvolvimento da Ásia estimou que a escassez de financiamento para infraestrutura na Ásia monta a US\$ 8 trilhões.

renminbi em Hong Kong, tornando-o atraente para os investidores residentes e estrangeiros. A demanda por renminbi e por ativos denominados em renminbi permanece comandada pelo desempenho da economia chinesa e pelas expectativas de valorização da moeda. Além disso, Pequim utiliza um conjunto de incentivos e de mecanismos de persuasão para fomentar o uso internacional do renminbi, sobretudo, no âmbito das transações comerciais, dado que seu comércio continuará a crescer, e as empresas chinesas estimularão os clientes a faturar e a liquidar suas transações em renminbi.

Em março de 2015, no entanto, o primeiro-ministro, Li Keqiang, e o presidente do Banco Central da China, Zhou Xiaochuan, sinalizaram a intenção de tornar o renminbi conversível em 2015. O presidente do banco central indicou um conjunto de políticas para acelerar a liberalização da conta de capital: revisar a regulamentação sobre o mercado de câmbio, ampliar a participação de investidores estrangeiros no mercado de bônus, permitir aos investidores individuais, na China e no exterior, efetuar operações transfronteiras, flexibilizar a definição das taxas de juros domésticas e viabilizar um sistema de seguro de depósitos bancários. Acredita-se que esta decisão esteja relacionada com a estratégia de qualificação do renminbi para ser incluído na cesta de moedas que compõe os Direitos Especiais de Saque (Special Drawing Rights – SDR) – um ativo de reserva cambial complementar mantido pelo FMI. A inclusão representaria um reconhecimento simbólico de que o renminbi seria verdadeiramente uma moeda-reserva internacional (Zhang e Shi, 2015, p. 2; Long, 2015b, p. 7).¹⁶

A China aponta, portanto, com a aceleração da liberalização da conta de capital, o que impõe desafios formidáveis, pois requer modificações em seu arcabouço macroeconômico cujos pilares centrais têm sido taxa de câmbio, taxas de juros, empréstimos bancários e mercado para a dívida pública administrados. No âmbito da tradição chinesa de mudanças graduais e controladas, o governo provavelmente avaliou que os riscos seriam manejáveis por meio de medidas macroprudenciais e os benefícios superariam os riscos. De todo modo, o mais provável é que o governo chinês continue cauteloso, evitando uma completa e abrupta liberalização financeira. Afinal, esse movimento em direção à globalização financeira – vale dizer, à entrada na gestão da moeda, do crédito e da riqueza financeira em âmbito internacional – pode desencadear repercussões monetário-financeiras em que as “mudanças graduais e controladas” não sejam um antídoto duradouro, de fato. A experiência internacional mostra que a liberalização dos fluxos de capitais aumenta a volatilidade da taxa de câmbio e da taxa de juros e, por conseguinte, do produto, reduzindo os raios de manobra para a definição das políticas domésticas, uma vez que os países ficam sujeitos a ondas de entrada e saída de recursos. Muitas economias emergentes e desenvolvidas (Japão em 1990 e sistema monetário europeu em 1992-1993) experimentaram crises financeiras e cambiais após a liberalização da conta de capital.

Em âmbito mais geral, sobre a meta de o governo chinês alcançar o *status* de moeda-reserva para o renminbi, Kroeber (2012b, p. 14) explicita o âmago da questão, distinguindo três dimensões do sistema monetário internacional: uma moeda internacional, uma moeda-reserva (detida pelos bancos centrais em ativos líquidos, seguros e de baixo risco) e a principal moeda-reserva mundial. O renminbi está se internacionalizando celeremente e uma parte significativa do comércio chinês será liquidada em renminbi. É possível também que os bancos centrais aloquem uma pequena parte das suas reservas internacionais em renminbi, bem como seja incluído na cesta de moedas que compõe os Direitos Especiais de Saque, tornando-o uma moeda-reserva secundária, semelhante à libra esterlina ou ao iene. É muito pouco provável, no entanto, que o renminbi esteja perto de

¹⁶. Uma revisão sobre moedas componentes dos Direitos Especiais de Saque pode ocorrer em outubro de 2015. Na revisão de 2010, a participação das moedas era: dólar (41,9%), euro (37,4%), libra esterlina (11,3%) e o iene (9,4%).

alcançar o *status* de uma importante moeda-reserva global (como o dólar). E há zero de chance que o renminbi substitua o dólar como principal moeda-reserva do mundo nas próximas décadas.

Enfim, a internacionalização do renminbi decorre da emergência da China como uma potência econômica e comercial. Mas, pelo menos, no horizonte visível, sua expansão ocorrerá no âmbito do sistema monetário global dominado pelo dólar flexível. A China persiste refém dos títulos do Tesouro americano dada a incapacidade de mover suas reservas internacionais, pois nenhum outro sistema financeiro é grande o bastante. É justamente essa dependência que leva Pequim a promover a internacionalização do renminbi: quanto mais empresas conseguirem faturar e liquidar suas importações e exportações, e seus investimentos no exterior em renminbi, menos o Banco Central da China necessitará efetuar depósitos no sistema financeiro americano.

4. ESTRATÉGIA PRODUTIVA CHINESA: “CHINA PLUS ON” E OS MEGAPROJETOS DE INVESTIMENTOS

A emergência chinesa provocou e vem provocando profundas transformações na organização da produção mundial, especialmente no entorno asiático. A China passou a desempenhar um papel de protagonismo na dinâmica asiática e mundial tanto pelo lado da oferta como pelo lado da demanda. Na primeira, esse país tornou-se o principal produtor e exportador mundial de produtos de tecnologia da informação e de bens de consumo industriais intensivos em mão de obra e em tecnologia destinados, principalmente, aos mercados americano e europeu. Pelo lado da demanda global, a China consolidou-se como um grande mercado consumidor: *i*) para a produção mundial de máquinas e equipamentos de alta tecnologia e produtos finais, notadamente dos Estados Unidos, da Alemanha, do Japão e da Coreia do Sul; *ii*) para a produção de *commodities* (petróleo, minerais, produtos agrícolas etc.) originadas na Ásia, na África, no Oriente Médio e na América Latina; e *iii*) para a sua produção de manufaturas voltadas ao seu mercado interno (Pinto e Gonçalves, 2014; Castro, 2011; Pinto, 2011; Medeiros, 2006).

Parte significativa desse dinamismo chinês foi fruto da sua integração produtiva com os países desenvolvidos por meio das cadeias globais de valor que são controladas, em boa medida, pelas empresas transnacionais dos Estados Unidos, da Europa, do Japão e da Coreia do Sul. Essa integração apresentou três circuitos que operaram de forma articulada: *i*) os investimentos externos americano, japonês, coreano e europeu (subsidiárias dos grupos transnacionais), cuja produção fora orientada tanto para as exportações destinadas aos Estados Unidos e à Europa como para o mercado interno chinês em expansão; *ii*) as cadeias produtivas de manufaturas globais que articularam as corporações dos países desenvolvidos detentoras de grandes marcas mundiais e as grandes empresas de países asiáticos, que fornecem suprimento de máquinas, equipamentos, peças e componentes, para a indústria chinesa; e *iii*) o segmento da indústria de consumo não durável (vestuário, material esportivo, brinquedos etc.), liderado pelas cadeias varejistas dos Estados Unidos e da Europa, que envolvem as firmas da China e do seu entorno como fornecedores. A articulação desses três circuitos fez com que a China se tornasse o centro global de montagem e produção de manufaturas mundial (Pinto e Gonçalves, 2014; Cintra e Martins, 2013; Pinto, 2011).

Nessa nova organização da produção mundial, as empresas chinesas ainda capturam um valor menor do que as empresas dos países desenvolvidos (detentoras de marcas mundiais) que permanecem no topo da hierarquia das cadeias de produção. No entanto, verifica-se que as firmas chinesas – além das atividades de processamentos de exportações realizadas nas zonas especiais – vêm desenvolvendo capacidades tecnológicas que têm gerado impactos significativos sobre o conjunto do setor exportador e sobre o setor substituidor de importações. Simultaneamente, o governo chinês vem utilizando instrumentos de financiamento e de política industrial com o

objetivo de fortalecer as empresas nacionais, tornando-as *players* relevantes no mercado mundial. Dentre esses “grandes jogadores” chineses pode-se mencionar a Lenovo (computadores), a Huawei (equipamentos de telecomunicações), a Haier (eletrodomésticos e eletroeletrônicos) e a Chery Automobile (automóveis) (Pinto e Gonçalves, 2014; Pinto, 2011; Medeiros, 2013a).

À medida que a China avança em seu processo de industrialização e de inserção nas cadeias globais de valor verificam-se: *i*) modificações nas suas estratégias tecnológicas e nas suas políticas de incentivos ao investimento estrangeiro; bem como *ii*) um processo contínuo de elevação real dos salários.

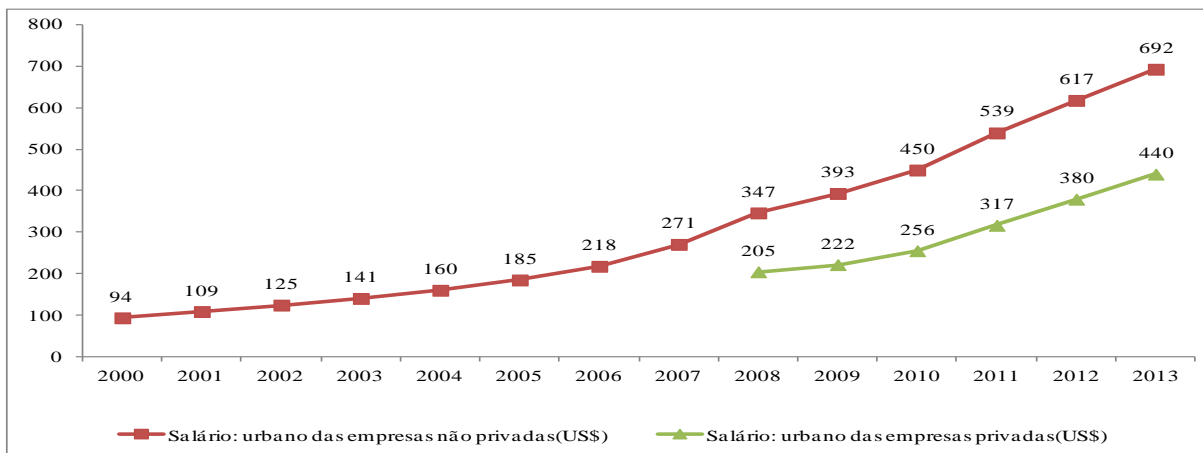
No que tange à questão tecnológica, o governo chinês adotou desde 2005, uma política tecnológica que colocou a inovação, denominada de “programa de inovação autóctone”, no centro do modelo de desenvolvimento do país. A política industrial chinesa, na esfera das telecomunicações, por exemplo, procura estabelecer os padrões de tecnologia ao restante do mundo em importantes setores de alta-tecnologia. Inicialmente, os principais setores e empresas (incluindo Huawei e Alibaba) são protegidos da competição das gigantes estrangeiras. Em seguida, a definição de padrões nacionais de codificação para comunicação digital serve para tornar as empresas locais menos dependentes de patentes e licenciamento estrangeiros. Posteriormente, com a nova tecnologia e a escala produtiva das corporações possibilitam que enfrentem e ganhem a concorrência externa, promovendo a internacionalização das atividades e a ampliação das exportações. Na África, por exemplo, as empresas chinesas – Huawei e ZTE – construíram a infraestrutura de telecomunicações nacionais de diversos países. Além disso, a definição de padrões tecnológicos endógenos visa tornar o país menos dependente da infraestrutura cibernética americana, proteger indústrias locais, conter sabotagem e espionagem, para isso desenvolve o sistema de navegação por satélite (BeiDou). Quanto às políticas de incentivos, ocorreu modificação importante a partir de 2009 com a não renovação de certos incentivos fiscais destinados às empresas multinacionais dos países desenvolvidos, com algumas a exceção do setor de alta tecnologia (Pinto e Gonçalves, 2014; Cintra e Martins, 2013; Pinto, 2011).

No que se refere aos salários na China, verificou-se uma significativa expansão nos últimos anos. Entre 2000 e 2013, o salário médio mensal dos trabalhadores urbanos de empresas não privadas saltou de US\$ 94 para US\$ 692 (crescimento de 637%). Essa expansão persistiu no período posterior à crise global, quando os salários médios dos trabalhadores urbanos de empresas não privadas e privadas passaram, respectivamente, de US\$ 347 em 2008 para US\$ 692 em 2013 (expansão de 100%) e de US\$ 205 para US\$ 440 (crescimento de 115%), no mesmo período (gráfico 1). O preço da mão de obra na China cresceu bem acima dos seus vizinhos que apresentavam em 2008 custos da força trabalho equivalentes ou bem próximos desse país. Entre 2008 e 2013, os salários urbanos das empresas privadas na China cresceram 115% (de US\$ 205 para US\$ 440); ao passo que na Indonésia, nas Filipinas, na Tailândia e no Vietnã os salários se expandiram, respectivamente, em 89% (de US\$ 98 para US\$ 186), em 23% (de US\$ 98 para US\$ 186), em 34% (de US\$ 98 para US\$ 186) e em 50% (de US\$ 185 para US\$ 279). Com isso, os salários dos trabalhadores chineses (empresas privadas e não privadas) em 2013 foram bem superiores aos dos seus vizinhos (tabela 1).

GRÁFICO 1

China: evolução dos salários por tipo de propriedade (2000-2013)

(Em US\$)



Fonte: National Bureau of Statistics da China.

TABELA 1

China, Indonésia, Filipinas, Tailândia e Vietnã: evolução dos salários nominais mensais

(Em US\$)

| | China* | | Indonésia | Filipinas | Tailândia | Vietnã |
|------|--------|-----|-----------|-----------|-----------|--------|
| 2002 | 125 | - | 36 | 127 | 163 | 75 |
| 2003 | 141 | - | 37 | 127 | 166 | 87 |
| 2004 | 161 | - | 41 | 127 | 166 | 99 |
| 2005 | 187 | - | 42 | 128 | 176 | 114 |
| 2006 | 219 | - | 49 | 141 | 183 | 134 |
| 2007 | 273 | - | 92 | 141 | 189 | 162 |
| 2008 | 351 | 205 | 98 | 146 | 205 | 185 |
| 2009 | 393 | 222 | 132 | 151 | 202 | 145 |
| 2010 | 450 | 256 | 140 | 158 | 216 | 172 |
| 2011 | 539 | 317 | 150 | 163 | 234 | 212 |
| 2012 | 617 | 380 | 154 | 172 | 251 | 255 |
| 2013 | 692 | 440 | 186 | 179 | 275 | 279 |

Fonte: Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: <<http://www.oit.org>>.

Nota: * Salários médios dos trabalhadores urbanos de empresas não privadas (1ª coluna) e privadas (2ª coluna).

Esses elementos elevaram o custo de produção no território chinês, uma vez que a produtividade média do trabalho na China cresceu 51,4%, entre 2008 e 2013 – segundo a Escap (2014) –, bem menos que a expansão dos salários. Isso, associado à redução dos incentivos fiscais, vem provocando uma nova disposição/estratégia de localização das firmas multinacionais que operam no espaço chinês. Muitas dessas empresas estrangeiras (americanas, europeias, japonesas e coreanas) estão promovendo a realocação de plantas produtivas em países do ASEAN fronteiriços da China em busca de mão de obra mais barata e de incentivos fiscais, mantendo parte de suas operações no território chinês o que lhes garante os vínculos com este importante mercado

consumidor. Essa estratégia das empresas multinacionais tem sido denominada de “China *plus one*” (Ueki, 2010; Economist, 2010; Enderwick, 2011).

Com essa estratégia, as empresas multinacionais estão acoplando os seus investimentos na China com os investimentos mais recentes instalados nos países do entorno chinês, especialmente no Vietnã, no Camboja, nas Filipinas, na Tailândia e na Indonésia. Muitas empresas intensivas em trabalho (tais como a de confecções, sapatos, brinquedos etc.), e até mesmo as intensivas em capital (setor de eletrônicos), têm deslocado parte das operações para países vizinhos da China (Ueki, 2010; Economist, 2010; Enderwick, 2011).

Além dessa estratégia adotada pelas multinacionais dos países desenvolvidos, o outro elemento explicativo da ampliação da integração regional asiática é o investimento externo chinês realizado nos países do seu entorno. A internacionalização do capital chinês por meio do investimento direto estrangeiro, sobretudo após a crise de 2008, é um dos fenômenos empresariais mais profundos das últimas décadas. A China atualmente é um dos maiores investidores do mundo, com um estoque de investimento direto estrangeiro acumulado de mais de US\$ 613 bilhões em 2013 (Economist, 2010; Deng, 2013; UNCTAD, 2014), sendo que boa parte deste investimento é realizado no entorno asiático em construção de estradas, barragens, redes de energia elétrica e em segmentos do setor manufatureiro.

É preciso observar que a internacionalização da China foi e é fortemente comandada por seu Estado, já que este passou a incentivar as empresas locais por meio de mecanismos de financiamentos, de facilitação do processo administrativo para a realização de investimentos diretos no exterior e de construção ou financiamento de megaprojetos de integração física (rodovias, ferrovias, portos, telecomunicações etc.) com outras regiões do mundo (Eurásia, América Latina, África etc.) e também com seus vizinhos, sobretudo na sub-região de Greater Mekong,¹⁷ abrindo novos corredores econômicos voltados à ampliação dos investimentos e do comércio regional para os produtos e empresas chinesas, muitas das quais se deparam com capacidade ociosa não planejada (Ueki, 2010; Deng, 2013; Vu, 2014).

O eixo articulador desta estratégia de internacionalização do capital chinês tem sido a realização de megaprojetos de infraestrutura transnacional. Estima-se que as empresas chinesas – incluindo Hong Kong – investirão no exterior US\$ 1,25 trilhão durante a próxima década. Em dezembro de 2014, uma empreiteira privada de Hong Kong em colaboração com as companhias estatais chinesas desencadearam a construção do Canal Interoceânico da Nicarágua, estimado em US\$ 50 bilhões, com 278 km de extensão, maior e mais complexo do que o Canal do Panamá. Em novembro de 2013, foi anunciada pelo presidente Xi Jinping o Cinturão Econômico da Rota da Seda (Silk Road Economic Belt), que objetiva estabelecer uma infraestrutura de grande escala – uma malha ampliada de trens de alta velocidade, estradas, redes elétricas, cabos de fibra óptica e sistemas de telecomunicações, oleodutos, gasodutos etc. – para abrir novos corredores comerciais por terra e por mar – Rota da Seda Marítima (Maritime Silk Road) – por toda a Eurásia (mapa 1, em anexo). Trata-se de articular, sobretudo, três cinturões (rodoviário, ferroviário e marítimo) que ligarão a China à Europa, passando por 21 países (ampliando as conexões com as economias do Leste da Ásia, Sul da Ásia, Ásia Central e Golfo Pérsico).¹⁸ Os portos construídos no Leste da Ásia

17. A sub-região do Greater Mekong é constituída por cerca de 2,3 milhões km² e possui uma população de 245 milhões de habitantes. Esta região possui laços físicos (rio Lancag-Mekong) e culturais e é formada por seis países: China (províncias de Yunnan e Guangxi), Mianmar, Laos, Tailândia, Camboja e Vietnã (Vu, 2014).

18. Em 15 de dezembro de 2014 foi dado, em Istambul, na Turquia, o primeiro passo da “obra do século 21”. A ferrovia incluirá as seguintes nações: China, Bangladesh, Malásia, Camboja, Laos, Mongólia, Mianmar, Cazaquistão, Paquistão, Azerbaijão, Índia, Irã, Iraque, Nairóbi, Egito, Grécia, Turquia, Rússia, Alemanha, Áustria e Itália (mapa 1, em anexo). A construção da infraestrutura será apoiada por um Fundo da Rota da Seda de US\$ 40 bilhões patrocinados pela China; o restante dos investimentos será financiado Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura e pelos bancos

e Oceano Índico (Bangladesh, Sri Lanka, Birmânia e Paquistão) serviriam para impulsionar o comércio por mar. As articulações entre os diferentes pontos da rota terrestre e marítima também seriam planejadas. Constitui, portanto, iniciativas que alavancam o papel do país no comércio e nas finanças mundiais: “all this region’s trade routes will lead to Beijing” (Power, 2015).

Outros megaprojetos também estão em andamento ou concluídos. Primeiro, uma nova autoestrada, estimada em US\$ 4 bilhões, ligará Kunming, capital da Província de Yunnan, à capital da Tailândia, Bangkok, passando pela província de Luang Namtha, norte do Laos, pelo estado de Shan em Mianmar e por Hanói no Vietnã (Vu, 2014). A Província de Yunnan é percebida como “ponte de lança” para reforçar a influência do país na bacia do Mekong, onde as empresas chinesas constroem estradas, barragens, redes de energia elétrica; investem em minas, imóveis e agricultura. O programa de desenvolvimento do Greater Mekong é apoiado pelo Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) e a China aloca o maior volume de recursos, como objetivo promover o desenvolvimento e a integração regional dos países que compõem essa sub-região (China, províncias de Yunnan e Guangxi, Mianmar, Laos, Tailândia, Camboja e Vietnã) por meio da redução dos obstáculos físicos (construção de corredores econômicos) ao comércio e ao investimento. Segundo, o corredor econômico China-Mianmar-Bangladesh-Índia composto por uma autoestrada e outras infraestruturas que ligarão Kunming, capital da Província de Yunnan, e Calcutá, na Índia. Terceiro, um oleoduto e um gasoduto já ligam Kunming, capital da Província de Yunnan, a Kyaukphyu, no litoral de Mianmar (Baía de Bengala), permitindo alargar sua esfera de influência para o Oceano Índico. Quarto, o corredor econômico China-Paquistão, que obteve uma linha de crédito de US\$ 46 bilhões para projetos de infraestrutura – energia, rodovias, ferrovias e modernização do porto de Gwadar – em abril de 2015 (Miller, 2015).

Pequim delinea claramente uma racionalidade por trás destes megaprojetos de infraestrutura. Primeiro, o aprofundamento da integração física com os países fronteiriços, relativamente subdesenvolvidos, pode viabilizar novas redes de comércio, abrir novas rotas de trânsito para suas exportações de bens e serviços, fomentar o desenvolvimento destes países e, simultaneamente, auxiliar na contenção dos conflitos étnicos na região instável de Xinjiang. Segundo, possibilitar que os países vizinhos se beneficiem de sua ascensão reforça a diplomacia “ganha-ganha”. Isto marca uma mudança com o passado recente, quando Pequim cultivava estreitas relações diplomáticas apenas com Coreia do Norte e Mianmar. Terceiro, o financiamento e a construção de infraestrutura em regiões fronteiriças relativamente subdesenvolvidas da Ásia cortejam, envolvem e procuram conquistar a confiança dos países vizinhos no projeto de prosperidade recíproca e de destino comum, tornando sua ascensão mais aceitável. Caso contrário, corre o risco de criar uma coalizão liderada pelos Estados Unidos que buscará restringir suas ambições. Quarto, o foco da Rota da Seda Marítima é comercial, mas o país está construindo uma forte marinha para proteger suas rotas de abastecimento independentemente da Marinha americana. O objetivo de longo prazo é exercer controle sobre os Mares da China e empurrar a Marinha americana para o Pacífico Ocidental. Quinto, o financiamento de megaprojetos de infraestrutura, mesmo com relativamente baixas taxas de retorno, constitui uma forma mais atraente de aplicar as reservas internacionais do que mantê-las em títulos do governo americano com baixíssimas taxas de juros. Sexto, a construção de infraestrutura ao longo das fronteiras e modernização dos portos na Ásia representa a tentativa de restauração da posição da civilização chinesa na Ásia, projetando as bases de um império econômico (Miller, 2014).

desenvolvimento chineses (sobretudo China Development Bank e China Export-Import Bank). Ver Minghao (2014) e o documento – **Vision and actions on jointly building Silk Road Economic Belt and 21st-Century Maritime Silk Road** – divulgado pela Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma, Ministério das Relações Exteriores e Ministério do Comércio com a autorização do Conselho de Estado em março de 2015: “the implementation of the Initiative, instill vigor and vitality into the ancient Silk Road, connect Asian, European and African countries more closely and promote mutually beneficial cooperation to a new high and in new forms” (p. 2).

5. CONCLUSÃO

Após uma década em que a China se expandiu vertiginosamente e ocupou posições cada vez mais importantes no tabuleiro geoeconômico e geopolítico asiático e global, o “sistema interestatal capitalista” atravessa uma transformação tectônica. Neste movimento, parece cada vez mais claro que a China planeja forjar uma nova fase da globalização em que suas empresas tornam-se globais, sejam capazes de definir os padrões mundiais e condicionar a dinâmica da economia internacional. Enquanto se torna parceiro comercial predominante de muitos países, amplia seus investimentos no exterior, expande seu poder econômico, que ancora a formatação das regras e das instituições internacionais.¹⁹

Da mesma forma, há sinais de transbordamento do capital monetário e bancário chinês para além de suas fronteiras. A moeda e as finanças vão ocupando novas posições no cenário mundial, dada a política de internacionalização do renminbi, da praça financeira de Xangai, de um mercado *offshore* em Hong Kong, de expansão das operações de empréstimos dos grandes bancos estatais, que financiam projetos de infraestrutura e investimentos das corporações chinesas nos países em desenvolvimento, impulsionando suas taxas de crescimento, o aumento do comércio bilateral que aprofunda os laços com o Império do Meio.

O objetivo estratégico de longo prazo está claro: restaurar a posição histórica da China na Ásia. Como afirmou o presidente Xi Jinping: “isto é para o povo da Ásia ... para defender a segurança da Ásia” (The Economist, November 15th 2014b). A China emite, portanto, sinais de irradiar sua grandeza para além dos seus próprios limites territoriais, redefinindo suas relações com o resto do mundo e, por conseguinte – dado seu poder econômico, financeiro, político, diplomático, militar –, desencadeando um processo de reconfiguração da ordem mundial.

REFERÊNCIAS

- AGLIETTA, Michel; BAI, Guo. **La voie chinoise: capitalisme et empire**. Paris: Odile Jacob, 2012.
- BIS – BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS. **Triennial central bank survey foreign exchange turnover in April 2013**. Basel: Monetary and Economic Department/BIS, September 2013. Available at: <<http://www.bis.org/publ/rpfx13fx.pdf>>.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz. China, 32 anos depois. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 24 de abril de 2011.
- CASTRO, Antonio B. As novas tendências pesadas que estão moldando a economia mundial. *In*: CASTRO, Ana C.; CASTRO, Lavínia B. (Orgs.). **Antonio Barros de Castro: o inconformista – homenagem do Ipea ao Mestre**. Brasília: IPEA, 2011.
- CINTRA, Marcos A. M.; MARTINS, Aline R. A. O papel do dólar e do renminbi no sistema monetário internacional. *In*: CINTRA, Marcos A. M.; MARTINS, Aline R. A. (Orgs.). **As transformações no sistema monetário internacional**. Brasília, D.F.: Ipea, 2013. p. 211-321.

¹⁹. Evidentemente, tal processo não ocorre sem fricções nem sem reações. Os Estados Unidos, por exemplo, negociam a Parceria Transpácífica (TPP), um acordo comercial entre 12 países do Pacífico, que exclui a China. Em entrevista ao **The Wall Street Journal**, o presidente Barack Obama afirmou: “se nós não escrevermos as regras, a China escreverá as regras para aquela região. (...) Nós seremos excluídos – as empresas americanas e a agricultura americana. E isso significará perda de empregos nos EUA” (Seib, 2015).

- COHEN, Benjamin. The yuan tomorrow? Evaluating China's currency internationalization strategy, **New Political Economy**, vol. 17, n. 3, July 2012.
- DENG, Ping. Chinese Outward direct investment research: theoretical integration and recommendations. **Management and Organization Review**, vol. 9, n. 3, p. 513-539, 2013.
- ECONOMIST (THE). **Bridge over troubled water**. London, November 15th 2014b.
- ECONOMIST. **Cover story: China buys up the world**. London, November 13th, p. 11, p. 81-83, 2010.
- ENDERWICK, Peter. A 'China-plus-one' strategy: the best of both worlds? **Human Systems Management**, vol. 30, n. 1, p. 85-96, 2011.
- FIORI, José L. O xadrez chinês. **Valor Econômico**, São Paulo, 26 de outubro de 2011.
- FIORI, José L. Sobre o desenvolvimento chinês II, **Valor Econômico**, São Paulo, 27 de março de 2013a.
- FIORI, José L. Sobre o desenvolvimento chinês III. **Valor Econômico**, São Paulo, 24 de abril de 2013b.
- FIORI, José L. Sobre o desenvolvimento chinês IV. **Valor Econômico**, São Paulo, 29 de maio de 2013c.
- GLOBAL Risk Insights. **China: lender of first (and last) resort**. April 30, 2015. Available at: <http://seekingalpha.com/article/3120686-china-lender-of-first-and-last-resort?utm_source=GEGI+Round+Up+32+Eblast&utm_campaign=GEGI+Round+Up+32+Eblast&utm_medium=email>.
- GRIFFITH-JONES, Stephany. **A BRICS development bank: a dream coming true?** Geneva: United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD), March 2014. (Discussion Papers, n. 215).
- GRIFFITH-JONES, Stephany; FRITZ, Barbara; CINTRA, Marcos A. M. Novo banco de desenvolvimento. **Valor Econômico**, São Paulo, 21 de agosto de 2014b.
- HEILMANN, Sebastian; RUDOLF, Moritz; HUOTARI, Mikko; BUCKOW, Johannes. **China's shadow foreign policy: parallel structures challenge the established international order**. Berlin: Mercator Institute for China Studies (Merics), 28 October 2014. (China Monitor, n. 18).
- KISSINGER, Henry A. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- KISSINGER, Henry; FERGUSSON, Niall; ZAKARIA, Fareed; LI, David. **O século XXI pertence à China?** Um debate sobre a grande potência asiática. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier & Campus, 2012.
- KROEBER, Arthur. The renminbi: the political economy of a currency. **Foreign policy**, 7 Sept. 2011.
- LEO, Sérgio. Novo banco asiático aproxima Brasil da China. **Valor Econômico**, São Paulo, 30 de março de 2015.
- LONG, Chen. **Why RMB stability vs the US\$ matters**. Gavekal Dragonomics. Beijing, Tuesday, February 03, 2015.
- LONG, Chen. **The emerging strategy for debt**. Gavekal Dragonomics. Beijing, Thursday, May 07, 2015.

- MEDEIROS, Carlos A. A China como um duplo polo na economia mundial e a recentralização asiática. **Revista de Economia Política**, vol. 26, n. 3. São Paulo: Ed. Nobel, jul./set. 2006. p. 577-594.
- MEDEIROS, Carlos A. Padrões de investimento, mudança institucional e transformação estrutural na economia chinesa. *In*: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. **Padrões de desenvolvimento econômico (1950-2008)**: América Latina, Ásia e Rússia. Vol. 2. Brasília: CGEE, 2013a. p. 435-489.
- MEDEIROS, Carlos A. Recursos naturais, nacionalismo e estratégias de desenvolvimento, **Oikos**, vol. 12, n. 2, Rio de Janeiro, 2013b. p. 143-167.
- MILLER, Tom. **A dream of Asian Empire**. Gavekal Dragonomics. Beijing, December 2014.
- MILLER, Tom. **Maritime silk road or “string of pearls”?** Gavekal Dragonomics. Beijing, April 23, 2015.
- MINGHAO, Zhao. A “Marcha para o Oeste” e uma nova perspectiva sobre a grande estratégia da China. **Revista Política Externa**, vol. 23, n. 1. São Paulo: Ed. Paz & Terra, 2014.
- MINISTÉRIO da Fazenda. Agreement on the New Development Bank. Fortaleza, 15 July 2014. Available at: <file:///C:/Users/r1781968/Downloads/NDB%20Agreement.pdf>.
- MORAES, Rodrigo F. **A ascensão naval chinesa e as disputas territoriais marítimas no Leste Asiático**. Rio de Janeiro, IPEA, março de 2015. (Texto para Discussão, n. 2058).
- NATIONAL Development and Reform Commission, Ministry of Foreign Affairs, and Ministry of Commerce of the People's Republic of China, with State Council authorization. **Vision and actions on jointly building Silk Road Economic Belt and 21st-Century Maritime Silk Road**, March 28, 2015. Available at: <http://en.ndrc.gov.cn/newsrelease/201503/t20150330_669367.html>.
- NINIO, Marcelo. Chineses criam mundo espelhado que começa a mudar a ordem mundial. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 11 de janeiro de 2015.
- NOBLE, Josh. Renminbi joins top five most-used currencies. **Financial Times**, London, January 28, 2015.
- OSTROUKH, Andrey. Empresas russas receberão US\$ 25 bi de bancos chineses. **The Wall Street Journal**, republicado no **Valor Econômico**, São Paulo, 11 de maio de 2015.
- PINTO, Eduardo C. O eixo sino-americano e as transformações do sistema mundial. *In*: LEÃO, Rodrigo; PINTO, Eduardo C.; ACIOLY, Luciana (Orgs.). **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: Ipea, 2011.
- PINTO, Eduardo C.; GONÇALVES, Reinaldo. Les transformations mondiales et le nouveau rôle de la Chine. **Revue Tiers Monde**, vol. 219, p. 19-38, 2014.
- POWER, Michael. China's renminbi master plan sees Shanghai as a fountainhead of capital. **Financial Times**, London, May 07, 2015. Available at: <<http://blogs.ft.com/beyond-brics/2015/05/07/chinas-renminbi-master-plan-sees-shanghai-as-a-fountainhead-of-capital/?Authorised=false>>.
- SAFATLE, Claudia; RITTNER, Daniel. Xi rejeita hegemonia e quer mais atuação em questões globais. **Valor Econômico**, São Paulo, 14 julho de 2014.
- SEIB, Gerald F. Para Obama, acordo comercial com Ásia pode reduzir influência da China, **The Wall Street Journal**, reproduzido no **Valor Econômico**, São Paulo, 28 de abril de 2015.
- SINEDINO, Giorgio (Coord.). **Analectos**. São Paulo, Editora Unesp, 2012.

- UEKI, Yasushi. Complementary manufacturing relationships between firms in China and CLMV. *In: KAGAMI, Mitsuhiro (Ed.). Economic relations of China, Japan and Korea with the Mekong River Basin Countries (MBRCs)*. BRC Research Report No. 3, Thailand: Bangkok Research Center, IDE-JETRO, 2010, p. 328-363.
- UNCTAD. **World investment report – 2014**. New York and Geneva: UNCTAD, 2014.
- VU, Truong-Minh. Between system maker and privileges taker: the role of China in the Greater Mekong Sub-region. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 57, número especial, p. 157-173, Brasília, 2014.
- WHITE HOUSE (THE). **National Security Strategy**. Washington, February 2015.
- WORLD BANK (THE). Development Research Center of the State Council. People's Republic of China. **China 2030: building a modern, harmonious, and creative society**. Washington: World Bank, 2012.
- ZHANG, Zhiwei; SHI, Audrey. **China: RMB may become convertible in 2015**. Deutsche Bank Research, Special Report, Deutsche Bank AG/Hong Kong, 7 April 2015.

ANEXO

MAPA 1.

Nova Rota da Seda – Terrestre e Marítima



Fonte: Miller (2014, p. 6).